

Cidadania *em* Pauta

São João da Barra



Os juízes Leonardo Cajueiro d'Azevedo (37ª ZE) e Márcio Roberto da Costa (35ª ZE) participaram da palestra de orientação aos estudantes sobre a Biometria, no SESC Mineiro Grussaí, de São João da Barra (21/06).

Mais dinâmico e participativo

Para atrair engajamento dos adolescentes, “TRE Vai à Escola” discute revisão da metodologia

Se depender da vice-diretora da Escola Judiciária Eleitoral (EJE-RJ), a desembargadora eleitoral Maria Aglaé Tedesco Vilardo, longas palestras com o único recurso de apresentações em PowerPoint estão com os dias contados nos eventos de cidadania do TRE-RJ. Convicta de que o formato é enfadonho, ela promoveu uma inédita reunião, em 26 de junho, com voluntários da edição do segundo semestre de 2017 do programa “TRE Vai à Escola”, onde apresentou uma proposta de metodologia “mais dinâmica e estimulante” para conduzir o debate sobre a importância da participação político-eleitoral dos estudantes de ensino médio que formam o público-alvo do projeto.



Desembargadora eleitoral Maria Aglaé Vilardo, vice-diretora da EJE

“Os alunos devem ser protagonistas na construção do conhecimento”, argumentou a desembargadora eleitoral Maria Aglaé. “Fica um pouco mais trabalhosa a atividade, mas os jovens se envolvem mais quando eles são provocados a fazer pesquisas em grupo, de forma colaborativa”, propôs a vice-diretora da EJE. Para reformular a metodologia e inovar também no material didático, ela se apoiou na própria vivência profissional como professora e numa experiência como voluntária do mesmo “TRE Vai à Escola”, em 2015.

Às juízas Cristiana de Faria Cordeiro, Fabíola Costalonga e Flavia de Almeida Viveiros de Castro, que compareceram ao encontro, a desembargadora Aglaé mostrou um vídeo de 2015 que ilustrava a proposta de mudança. Nele, os alunos de uma escola particular do município do Rio aparecem organizando-se em grupos. Eles receberam notícias de revistas e jornais com episódios variados sobre homofobia, racismo e outras agressões a direitos humanos e fizeram pesquisas e debates sob a coordenação da própria magistrada Maria Aglaé. Ao final, os grupos apresentavam seu ponto de vista aos demais estudantes, utilizando cartolinas para apresentação.

As juízas voluntárias e a desembargadora eleitoral fizeram, então, um breve debate, quando todas manifestaram aprovação às mudanças na metodologia e no material didático. “A intenção da reunião era mostrar que todos vão ter o apoio pedagógico para que não se sintam isolados”, explicou a desembargadora Aglaé. “Espero que os juízes que vieram hoje tenham se entusiasmado e tragam outros colegas que desejem fazer um trabalho voluntário interessante”, avaliou ela. “Não precisam ser juízes eleitorais, basta ser juiz do Estado e querer colaborar com suas ideias e o conhecimento sobre a sua comarca”, disse.

Até o momento, a edição do segundo semestre de 2017 do programa recebeu a adesão de nove magistrados, que podem manter o antigo formato de palestras ou testar a nova metodologia. O cronograma de ações do segundo semestre deste ano prevê a ida a escolas de 11 municípios do Estado. Desde que foi criado, em 2011, o “TRE Vai à Escola” adotou o formato de levar juízes estaduais para debater temas relacionados a cidadania e eleições em escolas das redes pública e privada do ensino médio.

“A idade dos alunos a que se destina o projeto é a do cidadão do futuro mais imediato”, diz a juíza voluntária Cristiana de Faria Cordeiro, da Vara Criminal de Mesquita, na Baixada Fluminense. “São as pessoas que estão vendo o momento político atual, de grande ebulição. É uma responsabilidade enorme a que temos, de ajudar a clarificar para esses estudantes que a política deve ser levada a sério, para eles não perderem a esperança”, argumenta a juíza.

“Debater o voto e a participação jovem nas eleições, é fundamental, em especial num país com problemas muitas vezes relacionados à falta de informação, de esclarecimento”, adverte a juíza Flavia de Almeida Viveiros de Castro, que administra o tempo entre as atividades da 6ª Vara Cível da Barra da Tijuca e a redação do trabalho de conclusão do pós doutorado em Direito na tradicional Universidade de Coimbra, em Portugal. “Creio que o debate nas escolas é um primeiro passo importante”, ensina a juíza, que tem como tema atual de pesquisa o Estado laico.

“No interior as pessoas costumam ter uma visão micro dos processos políticos”, explica a juíza Fabíola Costalonga, que há 12 anos atua em Bom Jesus do Itabapoana, na divisa com o Espírito Santo. “O projeto pode contribuir para muitas mudanças políticas”, planeja a juíza, que enfrenta ainda desafios locais de ordem moral. “É um município muito religioso, bem fervoroso, com regras bem impactantes em relação à submissão da mulher”, diz. Fabíola Costalonga quer aproveitar a ida dos juízes às escolas para estimular também a reflexão sobre a condição feminina. “Há um índice de estupros grande, devido à mentalidade machista. Quem sabe, contribuimos para ampliar a visão da cidadania dos moradores”, argumenta. ■

Educando para aprender com os alunos

Realidade dos estudantes é a matéria-prima para debater cidadania nas escolas

Magistrados e servidores que assistiram ao curso “Processos didáticos para ensinagem em projetos socioeducativos” não imaginavam o abalo em convicções e valores que as aulas do doutor em Educação e professor da Universidade de Brasília (UnB), Erisevelton Silva Lima, seriam capaz de provocar. A convite da Escola Judiciária Eleitoral (EJE), o professor de fala mansa, delicada paciência e jeito afável esteve na sede do TRE-RJ nos dia 17 e 18 de agosto para ministrar o treinamento a palestrantes voluntários dos projetos socioeducativos que o TRE-RJ promove nas escolas.

Os magistrados fazem palestras de cidadania no ensino médio, pelo Programa TRE Vai à Escola. Já os servidores atuam no Programa Eleitor do Futuro, como é o caso de Alonço de Paula, chefe da 7ª ZE do bairro da Tijuca, no município do Rio. “O curso me fez refletir e reconhecer que não se atinge a aprendizagem só com a transmissão dos conteúdos”, diz o voluntário, que planeja mudar o foco das palestras que vem realizando há dois anos. “O principal é selecionar métodos e estratégias que estimulem a reflexão e o debate, porque cidadania é matéria que exige pensamento crítico”, diz.

Formado em Ciências Sociais e com a experiência de ter lecionado no ensino médio, Alexandre Meira também garante ter revisito conceitos. “Depois do curso, vi que não podemos ignorar a experiência e a participação dos alunos nas estratégias de aula”, diz o servidor, lotado na Seção de Registro Funcionais (Secref). “As palestras devem ter essa dimensão prática e interativa, porque isso ajuda na reflexão dos estudantes sobre seus direitos”, diz Alexandre, que recebeu muitos elogios do professor nas dinâmicas encenadas em sala de aula.



Professor Eri (ao centro) com os magistrados e servidores que assistiram ao curso

O investimento na formação didática dos palestrantes voluntários teve ainda um módulo no dia 21 de agosto, com a desembargadora eleitoral Maria Aglaé Tedesco Vilardo. Vice-diretora da EJE, ela quer introduzir alternativas metodológicas que valorizem o protagonismo dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem das ações de cidadania. Nesse sentido, vencer a passividade dos alunos é superar uma “herança autoritária”, que as escolas reproduzem desde o século XVIII, como explicou o professor Eri — como gosta de ser chamado o pedagogo. “Tentem conhecer esses meninos e meninas. Deixem que eles falem da realidade deles, antes de falarem sobre cidadania”, orientou ele. ■